



PESSOAS
2030

PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

Ata da 7.ª Reunião do Comité de Acompanhamento

Évora, 25 de novembro 2025

No dia 25 de novembro de 2025, pelas 14h30, realizou-se a 7ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do PESSOAS 2030 (Programa Demografia, Qualificações e Inclusão), no NERE - Núcleo Empresarial da Região de Évora, em Évora, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças anexa à presente Ata (cf. Anexo I - Lista nominal de presenças por organismo).

A reunião foi presidida por Ana Coelho, presidente da Comissão Diretiva (CD) do PESSOAS 2030, e coadjuvada pelos Vogais Executivos da CD, Sandra Tavares e Joaquim Bernardo.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Interno do CA, a ordem dos trabalhos foi previamente comunicada aos membros do CA, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações
2. Resultados do PIAAC e desafios às políticas públicas de educação e formação de adultos
3. Ponto de situação da implementação do PESSOAS 2030
4. Ponto de Situação das negociações do QFP 2028-2034
5. Outros assuntos

A reunião foi aberta por Ana Coelho, na qualidade de **presidente do CA** do PESSOAS 2030, que deu as boas-vindas aos presentes. Destacou a importância da participação ativa dos membros do CA, incentivando o contributo e a partilha de ideias.

Referiu a visita que tinha ocorrido durante a manhã ao Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, em Évora, que considerou um momento muito interessante e enriquecedor, agradecendo a presença dos membros do CA que participaram. Destacou igualmente o evento que decorreria no dia seguinte para assinalar a importância estratégica dos Centros Qualifica.

Agradeceu publicamente o trabalho e empenho da equipa do PESSOAS 2030, reconhecendo que os resultados apresentados são fruto do esforço coletivo, sem esquecer o trabalho complementar dos organismos intermédios.

Por último, fez um agradecimento especial ao anfitrião **António Ceia** pela sua presença, passando-lhe a palavra.

António Ceia, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo, começou por saudar e agradecer a presença dos participantes, destacando a importância de Évora, que será Capital Europeia da Cultura em 2027, e sublinhando o seu crescimento e dinamismo, nomeadamente na ligação entre instituições de ensino superior, empresários e associações. Referiu a necessidade de investir num grande centro de congressos para aumentar a capacidade de Évora receber eventos, mencionando o crescimento significativo do setor hoteleiro nos últimos anos.

Agradeceu à equipa dirigente do PESSOAS 2030 por escolher Évora para a iniciativa, reforçando que Portugal não é só Lisboa e que o interior do país tem capacidade para acolher eventos de qualidade.

Abordou o impacto do turismo e do desenvolvimento económico na região, alertando para o risco do Alentejo deixar de ser considerado região de coesão devido ao aumento do rendimento, impulsionado por Sines e por setores como o turismo.

Fez uma análise dos desafios demográficos do Alentejo, com base no diagnóstico integrado do programa regional, os quais são marcados pelo envelhecimento acentuado da população (pessoas com 65 ou mais anos representam mais de 25% da população) e pela redução relativa da população jovem (pessoas com 14 ou menos anos representam 12,5% da população), fatores que explicam a tendência de despovoamento rural. Este despovoamento não é uniforme, existindo núcleos urbanos e do litoral que têm registado estabilização ou crescimento, enquanto zonas interiores e outros concelhos de baixa densidade continuam a perder população.

O litoral alentejano tem registado um crescimento turístico e de dormidas, atraindo investimento em novos residentes em algumas freguesias, o que traz desafios como a pressão sobre a habitação, o risco de turismo excessivo e a sazonalidade do emprego. Sines afirma-se como *hub* logístico internacional, com a expansão do porto e investimentos em energias renováveis e economia azul. Grândola e Alcácer do Sal registam um aumento populacional e atração de novos residentes impulsionados por projetos industriais e turísticos. Este dinamismo contrasta com o interior, criando riscos de desigualdade territorial.

Destacou, a importância de políticas integradas de atração e fixação de pessoas, promoção de incentivos fiscais, habitação para jovens e famílias, programas de empreendedorismo local e de incubação, articulação com operadores privados para alojamento acessível, reforço dos serviços públicos, incluindo de saúde, educação, transportes e infraestruturas digitais. Referiu igualmente os planos de ação multimunicipais, já em curso no plano estratégico Alentejo Litoral 2030, com o objetivo de evitar externalidades negativas do turismo, as regras de ordenamento, planeamento de capacidade e diversificação da oferta turística ao longo de todo o ano.

Mencionou a forte colaboração que tem existido com universidades, politécnicos e outros *stakeholders* na região do Alentejo, especialmente na transferência de conhecimento e na atração de recursos humanos altamente qualificados. Sublinhou que o desenvolvimento regional depende da capacidade de criar um “circuito virtuoso”, ou seja, de garantir boas creches, boas escolas, boas acessibilidades e bons cuidados de saúde, pois só assim é possível fixar e manter profissionais qualificados no Alentejo.

Aproveitou para informar que o Hospital Central de Évora está em fase de arranque, o que representa uma oportunidade para atrair novos profissionais qualificados, além de melhorar os cuidados de saúde para residentes e visitantes, e que estão a articular com a Universidade de Évora a criação de um *hub* de saúde, prevendo-se a criação de uma universidade de medicina e de outras infraestruturas de saúde na região do Alentejo.

Sublinhou que as pessoas são o elemento mais importante, mas também representam um desafio para a região. Destaca o contraste demográfico na região, com zonas mais povoadas e outras em despovoamento, sendo este um problema que merece investigação e medidas específicas para o seu tratamento.

Terminou agradecendo, uma vez mais, a presença dos participantes e apelando para que sejam embaixadores do Alentejo, promovendo a região como um local de excelência para viver, trabalhar e investir.

A **presidente do CA** agradeceu novamente a sua presença e apoio na logística do evento e passou a palavra ao representante da Comissão Europeia (CE).

Laurent Sens, representante da CE, começou por agradecer o convite para participar na reunião e afirmou que, atenta a sua experiência, será certamente um embaixador da região. Referiu que o programa esteve, com a Revisão Intercalar, e continua a estar, numa fase muito ocupada, com o fecho dos programas do Portugal 2020 sob competência desta Autoridade de Gestão e a implementação do PESSOAS 2030, que será discutida na reunião, bem como da regra N+3. Felicitou antecipadamente a equipa pelo trabalho realizado, reconhecendo o empenho de todos na execução e nos resultados alcançados.

Um outro ponto importante salientado foi o fecho, no próximo ano, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no qual o PESSOAS 2030 não estará diretamente envolvido, mas poderão existir alguns projetos do PRR que não estão concluídos e que, por isso, sejam transferidos para o domínio dos fundos estruturais, com impacto na execução dos programas.

Outro ponto relevante, que será abordado no final da reunião, diz respeito ao futuro. Explicou que a CE já está a analisar novas propostas e destacou a importância do Semestre Europeu. Deste processo resultará um documento que definirá a posição da CE sobre as prioridades futuras de aplicação dos fundos. Apelou, por isso, a todos os *stakeholders* do programa, organizações civis e municípios, enquanto partes interessadas, para que acompanhem atentamente o Semestre Europeu.

Partilhou a sua satisfação relativamente à visita ao Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, afirmando que estas experiências são inspiradoras e ajudam a recordar o propósito do trabalho: melhorar a vida dos cidadãos portugueses e europeus. Terminou reforçando que nunca se deve esquecer que o objetivo principal dos fundos é contribuir para uma vida melhor para todos.

Ana Coelho agradeceu a intervenção de Laurent Sens e comunicou aos membros do Comité que está prevista uma alteração ao despacho de constituição do CA, indicando os três principais motivos para o efeito: uma reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, que terá impacto na constituição do Comité; a entrada de um novo organismo intermédio, a Ciência Viva, responsável pela promoção da cultura científica; o esforço para mobilizar entidades que atuam nos domínios do envelhecimento ativo e dos direitos humanos para integrarem o Comité. Espera, assim, que o novo despacho traga membros que acrescentem valor ao debate e ao desempenho do CA.

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações

A presidente do CA colocou à apreciação dos membros do Comité a proposta de ordem de trabalhos, tendo a mesma sido dada como aprovada.

Antes de avançar para o segundo ponto da ordem de trabalhos, foi exibido um pequeno vídeo sobre a campanha dos Centros Qualifica no âmbito da formação de adultos.

2. Resultados do PIAAC e desafios às políticas públicas de educação e formação de adultos

Luís Rothes, coordenador do Programa Internacional de Avaliação de Competências de Adultos (PIAAC), cuja exposição se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 3 a 42), começou por agradecer o convite e contextualizar o seu envolvimento, de 2019 até 2024, neste programa, destacando a importância dos resultados do PIAAC para compreender os desafios da educação de adultos em Portugal.

Referiu que, apesar dos progressos notáveis na educação desde a democracia, persistem sérios problemas na qualificação e certificação da população adulta que se refletem nos níveis de literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas.

O PIAAC, promovido pela OCDE, recolheu dados detalhados sobre adultos residentes em Portugal, permitindo avaliar a proficiência em várias dimensões. Os resultados mostram que Portugal continua a ser dos países europeus com menor percentagem de adultos que concluíram pelo menos o ensino secundário. Em termos de literacia, Portugal está nos últimos lugares e o mesmo padrão se verifica na numeracia e na resolução de problemas.

As causas identificadas para as baixas competências incluem o baixo nível de escolaridade dos adultos e dos seus pais, sendo o estatuto migratório menos relevante devido à prevalência do português como língua materna entre imigrantes. A baixa proficiência tem impacto negativo no bem-estar, emprego, saúde e participação cívica dos adultos. Adultos mais qualificados ganham mais, têm menos desemprego e participam mais na vida comunitária.

Apontou cinco grandes desafios para o futuro:

1. Reformas integradas e de longo prazo, em vez de alterações pontuais.
2. Superar barreiras de custo, com incentivos financeiros adequados, para adultos e empresas, e bem comunicados.
3. Aumentar a flexibilidade da oferta formativa, adaptando-a à diversidade de situações dos adultos, mas garantindo qualidade e sustentabilidade das aprendizagens.
4. Focar nos adultos com mais baixas competências.
5. Melhorar os processos de antecipação das necessidades de formação, especialmente para pequenas e médias empresas.

O Professor Rothes destacou, ainda, a falta de consciência social e política sobre a urgência do problema da qualificação adulta, referindo que sem pressão social, é difícil avançar com reformas estruturais, sendo importante o envolvimento das empresas, sindicatos e autarquias, bem como de políticas direcionadas a grupos sub-representados (trabalhadores mais velhos, migrantes e pessoas com baixa escolaridade). Defendeu a valorização da formação em contexto de trabalho e a necessidade de alinhar a aprendizagem dos adultos com as necessidades do mercado laboral.

Considera que, apesar dos avanços, o principal problema da educação em Portugal é a qualificação da população adulta, que impacta gerações futuras e que o PESSOAS 2030 tem, a este nível, uma enorme responsabilidade. Terminou a sua intervenção referindo que acredita que, com foco e reformas adequadas, será possível superar este desafio.

A presidente do CA agradeceu a intervenção do Professor Luís Rothes, destacando a sua utilidade e riqueza para o debate sobre qualificações de adultos, tema central do PESSOAS 2030. Referiu que é responsabilidade do Comité trazer a questão das baixas qualificações dos adultos para o centro do debate político, sublinhando a importância de discutir diferentes ângulos que as políticas públicas atuais podem não estar a abordar adequadamente, como a necessidade de maior flexibilidade, de calibrar incentivos financeiros e de promover a aprendizagem e a formação no local de trabalho.

Salientou igualmente que o défice estrutural de qualificações em Portugal se mantém, coexistindo com taxas de desemprego estrutural. Apontou que tanto empregadores como trabalhadores tendem a não valorizar as qualificações por várias razões, tais como a dificuldade em conciliar formação em idade adulta com vida profissional e pessoal e o abandono dos percursos formativos devido à pressão do mercado de trabalho, perpetuando um ciclo vicioso que se transmite de geração em geração, já que o nível de escolaridade dos pais influencia o percurso académico dos filhos.

Incentivou os membros do Comité a aproveitar a presença do Professor Luís Rothes para comentar e debater o tema e convidou o Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) que foi também o Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito do Portugal 2020, a partilhar a sua perspetiva sobre os desafios apresentados.

Domingos Lopes, presidente do Conselho Diretivo do IEFP salientou que existe uma correlação direta entre escolaridade e níveis de proficiência, algo que parece óbvio, mas que resulta do ponto de partida histórico do país, onde a escolaridade obrigatória de 12 anos só existe há cerca de 15 anos, ao contrário de outros países europeus com tradição centenária nesta área.

Apesar dos avanços recentes, sobretudo na formação de jovens e na superação de indicadores que antes envergonhavam a sociedade, designadamente dos níveis de abandono escolar precoce, alertou que, mesmo com otimismo, este é um problema que levará décadas a resolver. Acredita que, se se mantiver o combate ao abandono escolar precoce e se promover uma cultura de formação inicial, o problema será resolvido a longo prazo.

Manifestou, no entanto, preocupação com a sociedade moderna, onde mesmo grupos com escolaridade razoável podem enfrentar dificuldades se não adquirirem uma cultura de aprendizagem ao longo da vida. O mercado de trabalho exige atualização constante de competências e, até nos níveis superiores, o conhecimento rapidamente se torna obsoleto. Considera, por isso, fundamental incutir uma cultura de aprendizagem contínua, adaptando metodologias e processos de reconhecimento de competências. O desafio passa por sinalizar e promover as competências essenciais para manter essa cultura ativa na população.

Destacou ainda que, embora seja mais fácil discutir questões de financiamento, é necessário ser criativo enquanto sociedade, envolvendo confederações sindicais, associações patronais, entidades empregadoras e os próprios cidadãos. Se todos tiverem essa cultura de aprendizagem ao longo da vida, será mais fácil encontrar soluções para o financiamento e sensibilizar politicamente os governos para o problema.

Considera muito pertinente debater estas questões no contexto atual em que já se começa a discutir o novo Quadro Financeiro Plurianual e que as propostas da CE para o novo pacote, em particular sobre o financiamento das políticas de coesão, levantam algumas dúvidas, sendo que esta é a sede própria para debater e enfrentar esses desafios.

Anabela Soares, representante do Conselho das Escolas, destacou que a formação de adultos, tal como existe atualmente nos Centros Qualifica, é relativamente recente e passou por várias alterações ao longo do tempo. Salientou a necessidade de garantir a sustentabilidade destes centros, que devem assumir o papel de orientadores de carreira, dada a flexibilidade exigida pelo mercado de trabalho. Refere que muitas das empresas querem ser, a par das escolas, formadoras, mas, muitas vezes, não disponibilizam tempo para a formação dos trabalhadores por não reconhecerem a sua importância.

Sublinhou a importância de criar mecanismos que promovam um ambiente favorável à formação ao longo da vida, com financiamento e equipas estáveis, valorizando o conhecimento adquirido. Destacou, ainda, o impacto positivo da formação dos pais na expectativa e melhoria das condições de vida das famílias, com reflexos na comunidade.

Reforçou a relevância da articulação com as autarquias, que possuem diagnósticos sociais fundamentais para adequar a oferta formativa às necessidades locais, defendendo a importância de agir localmente para resolver os desafios da qualificação.

Armando Loureiro, da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos (APEFA), começou por felicitar o destaque dado pelo PESSOAS 2030 aos Centros Qualifica e à educação e formação de adultos, reconhecendo a importância de trazer este tema para a ribalta e para o debate público. Referiu que, apesar de existirem bons exemplos nesta matéria, há ainda muitos desafios, salientando o facto de 42% da população portuguesa ter dificuldades em compreender frases simples, o que não pode ser ignorado ou justificado com base em fenómenos sociais.

Salientou que as empresas só irão valorizar verdadeiramente a formação e qualificação dos trabalhadores se essa valorização for também assumida pela sociedade em geral, ou seja, é necessário um reconhecimento social amplo para que a formação seja vista como prioridade. Para o efeito, as estruturas organizativas e institucionais que influenciam a definição e implementação de políticas públicas devem ser sensibilizadas para a realidade das baixas qualificações em Portugal.

Abordou as diferenças existentes entre entidades privadas e públicas na implementação de projetos financiados, como o Projeto Local Promotor de Qualificações financiado pelo PRR, referindo que as entidades privadas conseguem concluir processos mais rapidamente, enquanto as escolas públicas enfrentam limitações externas, sobretudo na gestão financeira e na alocação de recursos humanos, o que atrasa o início dos projetos.

Destacou a dificuldade que existe em envolver pessoas em processos de qualificação e formação que foram ignoradas ou ostracizadas pela sociedade e que, muitas vezes, passaram por experiências traumáticas em processos formativos obrigatórios. Para as conseguir envolver é fundamental dispor de tempo, demonstrar compreensão e aplicar estratégias adequadas ao seu contexto.

Considera que o problema da qualificação de adultos não se resolve apenas com investimento financeiro, mas também com enfoque político, estratégias bem definidas e políticas públicas adequadas. Muitas vezes, apesar do problema ser debatido, falta continuidade e as soluções acabam por não ser implementadas de forma efetiva.

Apesar da produção legislativa recente (Decreto-Lei n.º 104/2025, de 11 de setembro, que extingue a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., e o Decreto-Lei n.º 105/2025, de 12 de setembro, que cria o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I.P. – EduQa), a educação de adultos aparece de forma pouco destacada nestes documentos. No novo Instituto, por exemplo, não há representantes específicos da educação de adultos no Conselho Geral, o que revela falta de prioridade para esta área.

Entende que, se está provado que os adultos influenciam diretamente o sucesso escolar das crianças, é fundamental as políticas de educação adotarem uma abordagem mais ampla e integrada, que ultrapasse o ensino formal e valorize também a educação de adultos.

Alertou, ainda, para a dificuldade em implementar projetos de formação modular, especialmente para adultos com baixas qualificações, incluindo as cerca de 300 mil pessoas que não sabem ler nem escrever, muitas delas em idade ativa e que enfrentam barreiras no acesso e falta de resposta adequada por parte das instituições. Sublinhou que integrar estes adultos em processos de educação e formação não deve ser visto apenas como um ato de solidariedade, mas sim como uma questão de justiça e igualdade, já que todos são cidadãos com os mesmos direitos.

Clara Guerreiro, representante da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), referiu concordar totalmente com o diagnóstico e as soluções apresentadas pelo Professor Luís Rothes para a qualificação dos adultos em Portugal.

Destaca que a estratégia para a qualificação de adultos não deve depender dos ciclos políticos, reconhecendo que é um desafio difícil de ultrapassar. Refere a sua experiência desde os tempos do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), salientando que o reconhecimento de competências dos adultos não serve apenas para certificar conhecimentos, mas também para os motivar a estudar e a progredir academicamente, independentemente do seu contexto familiar ou social. Referiu o sucesso de adultos que, apesar das dificuldades, conseguiram ascender academicamente graças à motivação proporcionada por estes processos. Alertou para os impactos negativos das interrupções e mudanças políticas, como a extinção de organismos e indefinição de atribuições, que afetam a continuidade e credibilidade das políticas de qualificação de adultos.

Abordou a sustentabilidade financeira da formação de adultos, defendendo que os empregadores também têm responsabilidade neste processo e que é necessário criar

sistemas de financiamento complementares ao público, garantindo estabilidade mesmo quando não há fundos públicos disponíveis.

Informou os membros do CA da criação de um grupo de trabalho, coordenado pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e que inclui representantes de vários organismos - IEFP, Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP), Ministério da Educação, Turismo de Portugal, CCP e alguns parceiros sociais) - com apoio financeiro da CE, com o objetivo de estudar e implementar as iniciativas individuais de aprendizagem, tendo como referência exemplos de países da OCDE que já possuem práticas avançadas nesta área. Já se realizou uma primeira reunião e está agendada uma segunda reunião transnacional em breve. Os relatórios das reuniões são públicos e destacam contributos de países que estão mais avançados na implementação destas iniciativas. Existe a intenção de aprender com essas experiências para adaptar soluções ao contexto nacional. Apesar da existência deste e de outros grupos de trabalho relacionados com a reforma da formação profissional, nota-se a ausência de uma estratégia de coordenação entre eles, o que pode levar a esforços paralelos e pouco articulados. O grupo deverá apresentar os resultados do seu trabalho até ao final do ano, esperando-se que as conclusões possam ser aproveitadas como mais um contributo para as políticas de qualificação de adultos em Portugal.

Laurent Sens agradeceu os contributos e a interessante apresentação, destacando a importância de tornar a educação e a formação mais relevantes para as necessidades do mercado de trabalho. Esta preocupação está no radar do Semestre Europeu e da CE, mas concordou que deveria tornar-se mais evidente, uma vez que é uma prioridade importante.

Refere que, em Portugal, a taxa de participação em educação e formação de adultos foi de 33,4% em 2022, descendo em relação aos 38% de 2016, encontrando-se ainda longe da meta de 60% estabelecida para 2030 no plano de ação ao abrigo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Sublinhou que, apesar dos avanços, Portugal ainda está distante do objetivo a que se comprometeu e que é necessário continuar a trabalhar para o alcançar.

Alertou, também, que a educação e formação de adultos não deve ser usada como arma política, mas sim como um fator essencial para a competitividade do país.

Terminou a sua intervenção, pedindo ao Professor Rothes que partilhasse a sua opinião sobre as prioridades no âmbito da educação. Segundo percebeu, a prioridade principal seria a educação dos adultos, mas os números exibidos na apresentação relativos às gerações mais jovens ainda estão abaixo da média da UE, o que se revela preocupante. Gostaria, por isso, de perceber o ponto de vista do Professor Rothes, se esta é uma prioridade secundária na educação e se não é possível lidar com ambas as prioridades ao mesmo tempo.

O Professor **Luís Rothes** tomou a palavra e destacou que, embora seja difícil mobilizar adultos para a educação e formação, não é impossível, sendo que temos experiências em Portugal que revelam essa possibilidade de fortíssima mobilização quando há políticas consistentes de mobilização dos adultos.

Como segunda nota mencionou que o gosto pela aprendizagem na idade adulta ganha-se especialmente quando há experiências de sucesso. O reconhecimento de competências é um exemplo disso, levando muitos adultos a tornarem-se excelentes alunos no ensino

superior. No entanto, décadas de experiências negativas na educação de adultos deixaram marcas profundas.

Em terceiro lugar, alertou para o erro de confiar na reposição demográfica como solução para os problemas de qualificação, destacando que a escola para crianças e jovens não resolve o problema central, que está nos adultos. Assim, considera que a resposta passa por investir na educação e formação de adultos.

Deixou ainda uma nota relacionada com o facto de se considerar que o envolvimento familiar é apontado como fator relevante, destacando que o sucesso de um adulto na aprendizagem pode mobilizar toda a família.

Sublinhou, por outro lado, que a existência de políticas estáveis é considerada crucial, sendo a intermitência das políticas públicas nesta área um problema grave em Portugal. Considera que as mudanças de governo podem alterar orientações, mas não devem destruir sistemas, pois isso acarreta custos financeiros e sociais muito elevados.

Referiu, ainda, que o investimento em formação é essencial, mas o dinheiro disponível deve ser muito bem utilizado e supervisionado, pois trata-se de recursos públicos, pertencentes a todos e não apenas a quem os gere. No entanto, considera que não se deve criar a ilusão de que há muito dinheiro disponível para formação; apesar do apoio financeiro da União Europeia, que também é dinheiro público nacional, os países do sul da Europa investem menos em formação de adultos do que os países do Norte, mesmo tendo situações de partida menos favoráveis. Esta diferença de investimento reforça a distância entre países mais avançados e menos avançados nesta área, sendo que, nos países onde é possível analisar a evolução, essa distância tem vindo a aumentar.

Abordou também a importância da integração das respostas e políticas em relação às competências básicas, destacando que este é um problema sério em Portugal. Defende que, embora seja legítimo mudar orientações políticas com a mudança de governo, não se deve pôr em causa os sistemas integrados de educação e formação de adultos, que articulam a formação de competências básicas com as profissionais.

Por último, sobre os jovens, afirmou que a situação em Portugal não é extraordinária em termos europeus, embora seja melhor do que a dos grupos etários mais velhos. No contexto europeu, Portugal apresenta resultados médios, mas há fatores explicativos que precisam ser estudados mais profundamente. Um desses fatores é a escolaridade dos pais, que em Portugal é baixa em termos europeus, o que impacta as competências dos jovens. Sublinhou que o fator decisivo para explicar as competências não é a idade, mas sim a escolaridade e a escolaridade dos pais, além da participação em educação e formação de adultos, esta com um peso menor. Outra questão que também é preciso ter em conta é que Portugal compara-se bem com países do Sul da Europa em grupos de escolaridade, mas enfrenta dificuldades quando comparado com países nórdicos, embora menos com os países do centro europeu, e isto, num mundo globalizado, coloca dificuldades. Considera que o principal problema identificado é a tolerância excessiva às desigualdades sociais em Portugal, especialmente as educativas, que não deve ser aceite.

Sandra Tavares tomou a palavra para reagir a uma das questões referidas pelo Professor Luís Rothes, destacando dois pontos principais sobre o papel do instrumento financeiro, em especial o FSE.

Destacou, por um lado, que o FSE só é eficaz quando existe uma estratégia clara para a formação e educação, tanto de jovens como de adultos. Em Portugal, houve uma aposta consistente em alinhar o instrumento financeiro com a estratégia nacional, algo que não aconteceu em todos os países europeus. Além disso, é fundamental garantir supervisão e boa gestão dos recursos financeiros.

Por outro lado, referiu que há uma simbiose entre o instrumento financeiro e estratégia, no sentido de que o instrumento financeiro só funciona plenamente quando está ao serviço de uma estratégia bem definida. Exemplos práticos disso incluem o incentivo à participação ativa de parceiros sociais, empregadores e sindicatos, através de candidaturas e planos integrados de formação, desenhados especificamente para estas entidades, promovendo benefícios e incentivos para a sua participação estruturada e planeada.

Referiu, ainda, que o acesso ao financiamento do FSE para formação só é possível quando as entidades formadoras são certificadas, resultado de um sistema de certificação previamente construído. Assim, apenas entidades certificadas podem ser financiadas, garantindo a qualidade da formação apoiada pelo FSE.

O Professor **Luís Rothés** retomou a palavra para sublinhar que as preocupações com a garantia de qualidade e a participação dos empregadores na educação e formação não são exclusivas de Portugal. São questões comuns a todos os países da OCDE, da União Europeia, incluindo aqueles que têm bons resultados em avaliações internacionais como o PIAAC. Defende que não se deve adotar uma postura de "vitimização" ou de que o problema é apenas nacional, pois estas são preocupações gerais, discutidas em contexto europeu e internacional, com diferentes níveis de importância consoante o país, mas que representam desafios partilhados.

Sandra Tavares voltou a intervir, dirigindo-se em particular à CE, para reforçar a importância do FSE e do sistema de formação em Portugal. Destaca que o FSE, ao longo do tempo, foi fundamental para consolidar e apoiar estratégias de formação, tanto para adultos como para jovens, algo que não aconteceu em todos os países. Considera que a mensagem principal é valorizar o papel do FSE em Portugal e transmitir essa importância à CE, pensando também no futuro.

Laurent Sens fez uma breve intervenção referindo que este tema deve ser debatido caso se pretendam introduzir alterações no programa, sublinhando que é fundamental existir uma estratégia e vontade política para que essas mudanças aconteçam.

Finda esta intervenção, a presidente do CA passou para o 3.º ponto da ordem de trabalhos.

3. Ponto de situação da implementação do PESSOAS 2030

Ana Coelho iniciou a apresentação do balanço da implementação do Pessoas 2030 com reporte a 31 de outubro de 2025, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 43 a 98). Os membros do Comité tiveram acesso

prévio à informação apresentada na reunião, pelo que foi dado destaque aos principais dados em termos de implementação do programa do ponto de vista físico e financeiro.

Começou por destacar os 86 avisos para apresentação de candidaturas já lançados e as 6.226 candidaturas apresentadas ao programa, das quais 4.881 resultaram em compromissos firmados, representando 67% da dotação do programa, o que considera alinhado com o momento atual do quadro comunitário, sendo que ainda restam alguns anos para implementar a parte remanescente do programa.

Deu nota que, relativamente à regra “N+3” que todos os programas operacionais do PT 2030 devem cumprir de forma a evitar a anulação automática de dotações pela CE, a taxa de cumprimento do PESSOAS 2030 para o ano de 2025 já ultrapassa os 100%, encontrando-se focado em atingir o objetivo para 2026, que considera bastante ambicioso e que envolve a certificação de 1,7 mil milhões de euros.

De seguida, foi visualizado um vídeo alusivo aos estágios profissionais.

Joaquim Bernardo, vogal da CD do PESSOAS 2030, explicou que este vídeo faz parte do plano de comunicação que se encontra em desenvolvimento com o objetivo de contar histórias reais de pessoas apoiadas pelo programa. No vídeo exibido foram apresentados dois exemplos de boas práticas de beneficiários dos estágios profissionais, tipologia do programa cujas operações são consideradas de relevância estratégica. Estes estágios são vistos como instrumentos essenciais para fazer a ponte entre o sistema de formação e o mercado de trabalho, promovendo uma transição mais eficaz dos recém (re)qualificados para o emprego, em particular dos jovens. Salientou que estes dois casos são apenas exemplos de um universo muito maior: já existem 26.000 estágios profissionais registados no âmbito da prioridade I do Programa, sendo que cerca de 17.000 desses estágios foram ocupados por jovens entre os 18 e os 29 anos. Apesar de o desemprego jovem ter diminuído em relação ao passado, Portugal continua a apresentar níveis elevados de desemprego jovem, bastante superiores à média europeia.

Abordou também a questão dos indicadores que aparecem a “zero” nos slides, esclarecendo os membros do Comité de que, em muitos casos, estes zeros não significam ausência de execução real, mas sim atrasos na consolidação e reporte da informação sobre essa execução. Esta situação acontece, ainda, em áreas mais inovadoras do programa, onde os projetos ainda estão a ser preparados e só agora começam a avançar no terreno. Referiu especificamente, no âmbito da prioridade I, os casos dos “Projetos de apoio reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar” e as ações ligadas à desconstrução dos estereótipos de género, cujos indicadores ainda estão a “zero” devido a atrasos na implementação, mas que em breve deverão apresentar resultados. Além disso, há outros indicadores a “zero” que se devem a questões administrativas ou operacionais, como é o caso dos “Desempregados, incluindo desempregados de longa duração” associados aos cursos de aprendizagem do IEFP, no âmbito da prioridade II, onde já existe execução no terreno, mas ainda não foi possível reportar os dados de forma consistente. Garantiu que estes números serão atualizados assim que o reporte for possível, e que a monitorização é contínua para garantir que as metas estabelecidas são cumpridas.

Sandra Tavares aproveitou para esclarecer que até ao final do mês de novembro sairá o primeiro aviso relativo à tipologia “Raparigas/mulheres e rapazes/homens abrangidos

pelas ações de desconstrução dos estereótipos profissionais de género” da prioridade I, que contribuirá para a meta definida.

Joaquim Bernardo retomou a palavra para destacar, na prioridade II, o indicador relativo aos “Cursos Profissionais”, que derivam das operações que foram aprovadas ainda ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 e que, entretanto, foram enquadradas no PESSOAS 2030, que subirá muito rapidamente com o registo da execução de anos letivos subsequentes aos anos letivos que foram financiados.

Sobre as bolsas de doutoramento relativas igualmente à prioridade II, recordou que na Revisão Intercalar ficou previsto que a elegibilidade dos bolseiros em ambiente não académico em Lisboa e Algarve poderia ser assegurada, o que levaria a um aumento do número de participantes com esse tipo de bolsa. Existe uma meta exigente: pelo menos 50% dos bolseiros apoiados até ao final do programa devem estar em ambiente não académico. No entanto, esse processo de contabilização dos bolseiros em ambiente não académico apoiados nas regiões de Lisboa e Algarve ainda não foi possível concretizar, pelo que os números apresentados continuam os mesmos.

Relativamente à prioridade III referiu que também existe um “zero” no que respeita ao indicador “Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência”, mas que, apesar de já haver execução no terreno, esse número ainda não foi reportado oficialmente. Para este indicador concorrem as participações em formações modulares, incluindo as desenvolvidas no âmbito da Vida Ativa, promovidas pelo IEFP e pela sua rede de centros de gestão direta e participada.

No âmbito da prioridade IV destacou o número relevante de “Participantes em ações de trabalho socialmente necessário”, no âmbito dos contratos de emprego e inserção, promovidos pelo IEFP. Referiu que no caso dos EFA e CEF os números apresentados respeitam exclusivamente aos CEF, uma vez que os EFA foram objeto de um processo de aprovação mais tardio, mas as operações estão agora a avançar no terreno. Sobre os indicadores a “zero” no âmbito desta prioridade IV, em concreto, aos “Participantes de origem estrangeira em ações de formação em português”, informou de novo que, apesar de já existir execução no terreno e de já ter começado o reporte financeiro, ainda não se encontra refletida nos dados oficiais, prevendo que muito em breve se traduza em números muito relevantes.

Sandra Tavares interveio para esclarecer que o PESSOAS 2030 já dispõe dos dados relativos aos indicadores “Participantes de origem estrangeira em ações de formação em português” e “Participantes com deficiência e ou incapacidade”, considerando que os mesmos são robustos, mas que não foram ainda reportados por razões administrativas. Salientou que mais de 50.000 participantes com deficiência resultam do Mecanismo Extraordinário de Antecipação, sendo que, após o encerramento do processo, esses números serão refletidos no reporte administrativo, estando também já confirmados os dados dos reembolsos do PT 2030 para estes participantes, em linha com a execução dos anos anteriores.

Joaquim Bernardo retomou a palavra para dar conta dos indicadores relativos à Prioridade V, destacando o apoio do programa ao Plano de Recuperação das Aprendizagens ao longo dos sucessivos anos letivos em que este plano tem vigorado, encontrando-se as operações

a decorrer até final do ano, pelo que as contas ainda não se encontram fechadas. Passou, depois, a palavra a Sandra Tavares para falar dos demais indicadores.

Sandra Tavares referiu que os “Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais apoiadas” estão alinhados com o financiamento já existente no terreno. Foram lançados recentemente dois avisos para estes projetos e há grande expectativa relativamente a um novo aviso, considerado muito importante, sobre a autonomia supervisionada, o qual deverá ser publicado em breve.

Em relação ao indicador “Atendimentos especializados a pessoas migrantes” que aparece a “zero”, esclarece que se trata apenas de uma questão administrativa, pois já existem dados sobre estes atendimentos, embora ainda estejam a ser apurados de forma mais específica.

No que se refere à prioridade VI relativa à Privação material, destacou que, pela primeira vez, foram apresentados ao CA os dados efetivos sobre a distribuição indireta de apoio, realizada através da entrega de cartões. Os dados, relativos a junho deste ano, demonstram que o número de pessoas beneficiadas com cartões está agora muito próximo do número de pessoas que recebem cabazes de alimentos, o que evidencia uma aproximação significativa entre estes dois tipos de apoio. O objetivo era alcançar a equidade entre os formatos de distribuição direta, com os cabazes, e de distribuição indireta, com os cartões, sendo que os dados apresentados mostram que esse objetivo está a ser atingido.

Ana Coelho prosseguiu informando os membros do CA que o PESSOAS 2030 já se encontra a trabalhar na 7ª revisão do Plano Anual de Avisos, que abrangerá o período de janeiro a dezembro de 2026. A intenção é que esta revisão seja aprovada na CIC 2030 em dezembro e publicada em janeiro. Atualmente, está em vigor a sexta revisão do plano, que previa a publicação de catorze avisos entre setembro e dezembro, mas já foram publicados sete, sendo provável que até ao final do ano sejam publicados os restantes avisos previstos.

Deu, ainda, nota de que atualmente o PESSOAS 2030 está a ser sujeito a quatro auditorias, algumas a iniciar e outras já em curso, sublinhando o nível de escrutínio a que o programa está sujeito. Referiu que no espaço de uma semana foram recebidas convocatórias para auditorias da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Inspeção-Geral da Educação e Ciência e do Tribunal de Contas Europeu. Deu nota que o facto de tantas auditorias ocorrerem simultaneamente, e sobre temas distintos, tem causado grande perturbação nas rotinas e trabalhos das equipas, colocando o programa sob elevada pressão devido a uma atividade não planeada.

Passou, depois, a palavra a **Joaquim Bernardo** que fez um balanço da implementação da estratégia de comunicação aprovada há cerca de dois anos, destacando as principais ações desenvolvidas nesse período. As iniciativas mais recentes têm-se focado em campanhas para o público em geral, envolvendo também beneficiários e destinatários do programa.

Foram realizadas campanhas televisivas, incluindo spots sobre o lançamento do programa e sobre operações estratégicas, como os Cursos Profissionais e os Centros Qualifica. No entanto, estas campanhas têm duração limitada devido a constrangimentos orçamentais. Destacou a participação no Programa Europa à Porta da RTP, que divulga vários projetos apoiados por fundos comunitários, incluindo exemplos de projetos financiados pelo

PESSOAS 2030, e as parcerias com influenciadores digitais que o programa tem promovido.

No âmbito das ações para beneficiários e destinatários, referiu o desenvolvimento do “Roteiro PESSOAS 2030”, que envolve visitas a beneficiários e projetos no terreno, aproximando as equipas do programa dos mesmos e conhecendo melhor a realidade local, bem como o trabalho que tem vindo a ser feito com os beneficiários no âmbito das operações acima dos 10 milhões de euros.

Destacou também documentário sobre os 50 anos do 25 de Abril, cuja 3ª parte ainda não se encontra finalizada, como sendo uma iniciativa realmente inovadora de comunicação na ótica do ecossistema dos fundos.

Sublinhou que a estratégia de comunicação é dinâmica e será atualizada, estando prevista a apresentação de uma proposta de revisão aos membros do Comité. Além disso, está a ser feito um esforço para melhorar os instrumentos de monitorização, tornando-os mais eficazes na avaliação dos resultados das ações de comunicação, incluindo as obrigações dos beneficiários na produção de vídeos, de forma a tornar mais visível a boa aplicação dos fundos.

Em relação ao Plano de Avaliação do programa, referiu que, das vinte avaliações previstas, cinco já estão concluídas e quatro estão em curso, incluindo a avaliação da flexibilidade curricular e a avaliação sobre a educação inclusiva, que se encontram quase finalizadas. Este Plano carece igualmente de atualização, sobretudo em termos de calendarização, com algumas avaliações antecipadas e outras adiadas, em função das dinâmicas das várias áreas objeto de avaliação, a qual será submetida à apreciação e aprovação do CA, através de consulta escrita, logo que a revisão do Plano Global de Avaliação do PT 2030 for aprovada pela CIC, atendendo à interdependência com o Plano do Programa.

Informou que, a curto prazo, serão lançados dois novos processos de avaliação, um sobre qualificações de nível intermédio, incidindo sobre as ofertas formativas de nível secundário que o PESSOAS 2030 financia, e outro sobre apoios ao emprego.

Deu nota que está prevista a realização de uma sessão com os membros do CA no início de 2026 para apresentação dos resultados das duas avaliações relativas à educação inclusiva e à autonomia e flexibilidade curricular.

Reconheceu a existência de desafios na gestão dos calendários das avaliações e na mobilização ativa dos parceiros para participarem nos processos avaliativos, apesar de estes se encontrarem formalmente envolvidos desde o início.

Apresentou, por fim, um primeiro exercício de reporte sobre o contributo do programa para o Emprego e Competências Verdes, referindo tratar-se de um exercício preliminar que será melhorado em exercícios futuros sobre a matéria, especialmente após a realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema. A metodologia utilizada baseou-se na replicação do que foi feito na fase de programação, identificando as tipologias de operações que contribuem para o tema e utilizando dados de execução física e financeira disponíveis. Os dados mostram que cerca de 32% da dotação indicativa prevista para este tema já foi aplicada, sobretudo em ofertas de educação e formação em áreas relacionadas mais diretamente com esse tema, bem como no âmbito de domínios científicos da formação

avançada relacionados com o mesmo e de apoios ao emprego em setores de atividade igualmente mais ligados aos empregos verdes. Reconheceu que, devido a limitações de reporte e à própria metodologia utilizada, os resultados obtidos podem subestimar o real contributo do programa para esta dimensão, mas defende uma abordagem conservadora na identificação das áreas “verdes”. Daí a importância do contributo dos membros do CA para aperfeiçoar e afinar esta metodologia.

Ana Coelho tomou a palavra para abordar mais duas obrigações que o programa tem perante o CA. Por um lado, a obrigação, e o interesse, em debater com os membros do Comité as medidas de educação e formação não superior pelo menos duas vezes durante o período de programação. Atendendo a que ainda não há informação detalhada sobre cursos EFA e sobre os CEF, considera que o debate poderá ser agendado para outra ocasião, tendo também por base a discussão do PIAAC. Por outro lado, quanto à obrigação de informar anualmente os membros do Comité sobre a existência de operações apoiadas pelos fundos que não respeitam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, referiu que, segundo a informação partilhada entre o programa e a AD&C, não existem operações identificadas com queixas relativas a estes documentos.

Sobre esta matéria, **Duarte Rodrigues, vice-presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)**, lembrou a sessão de formação e de capacitação sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia realizada no dia 3 de novembro, ministrada pela Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ), a qual contou com a participação de mais de 200 pessoas, provenientes de autoridades de gestão, organismos intermédios e membros dos comités de acompanhamento.

Ana Coelho passou, depois, a palavra aos presentes para eventuais comentários, partilhas ou contributos.

Tomou a palavra **Amadeu Dinis, representante da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO)**, que começou por reconhecer o trabalho conjunto realizado entre a Associação, as escolas, o PESSOAS 2030 e a AD&C, destacando a colaboração e a celeridade na resolução de questões administrativas importantes, como o encerramento das candidaturas de 2023/2024 dos Cursos Profissionais e a submissão dos respetivos dossiês de saldo, cujo processo envolveu a devolução de um montante significativo (cerca de 186 milhões de euros) ao Estado, tendo a maioria das escolas cumprido os prazos estabelecidos.

Destacou a melhoria nos procedimentos de adiantamento de verbas às escolas, que passaram a ser mais céleres, permitindo que algumas recebessem adiantamentos já em setembro, algo que anteriormente só ocorria meses depois. Anotou também melhorias ao nível dos pagamentos, informando que algumas escolas submeteram os saldos do ano letivo de 2024/2025 e receberam os pagamentos ainda em outubro, quando, em situações anteriores, só teriam o pagamento em fevereiro ou março do ano seguinte. Esta evolução é atribuída ao esforço e dinâmica das equipas do PESSOAS 2030 envolvidas e à boa articulação entre técnicos e escolas.

Reconheceu também o apoio dado aos programas direcionados para adultos, como cursos EFA, formações modulares e cursos de especialização tecnológica, salientando a qualidade do acompanhamento prestado pelo programa às escolas nestes processos.

Apesar dos reconhecimentos, sublinhou um problema estrutural que é o facto de o financiamento dos cursos profissionais se manter ao nível de 2010, o que é considerado insustentável para garantir a qualidade do ensino. Manifestou receios em relação às promessas de resolução deste problema, alertando que as escolas não aceitarão a manutenção desta situação, defendendo que não é possível continuar a apostar na qualidade com orçamentos desatualizados.

Ana Coelho agradeceu o reconhecimento, referindo que o ano foi intenso, marcado pela recuperação de situações típicas dos períodos de transição de quadros comunitários. Destaca que, para as escolas profissionais, este contexto é especialmente penalizador, pois afeta a sua tranquilidade e dificulta o foco no essencial: formar alunos, sem terem de se preocupar constantemente com a sua segurança financeira.

Passou, de seguida, a palavra à CE.

Eleutério Rodriguez, representante da CE, fez uma avaliação globalmente positiva do programa Pessoas 2030, considerando-o um dos melhores programas em Portugal e na Europa. Destacou as seguintes notas:

- Reconheceu o trabalho realizado, felicitando a equipa do programa pelo detalhe e pela qualidade da informação apresentada;
- Considerou que a comunicação do programa é vista como modelo para outros programas nacionais e europeus e que o plano de avaliação está a ser executado conforme planeado;
- Apontou como principal desafio o “gap” entre valores comprometidos, executados e pagos, sugerindo que esta é uma área a ser melhorada, mas sem desvalorizar os avanços já alcançados;
- Apelou aos membros do CA para que participem de forma mais ativa nas atividades e discussões, reforçando que a AG está disponível para apoiar e valorizar as ideias dos participantes e salientando que é importante todos terem consciência do trabalho realizado, seja na comunicação, na avaliação ou em outras áreas;
- Sobre a extinção da ANQEP, solicitou confirmação sobre o andamento deste processo;
- Relembrou que os beneficiários responsáveis pelas operações de importância estratégica devem apresentar regularmente um ponto de situação sobre essas operações, sugerindo que seria útil receber uma atualização breve sobre como estão a ser executadas essas operações no terreno;
- Destacou que a metodologia para reporte de empregos e competências verdes pode ser melhorada e que a CE está disponível para colaborar nesse processo, visando um melhor reporte em 2027;
- Salientou que os critérios de seleção de quase todas as tipologias (estão apenas duas em falta) já foram adotados pelo Comité, o que demonstra a agilidade do programa.

Finalizou a sua intervenção encorajando todos os membros a contribuírem ativamente para o sucesso do PESSOAS 2030.

Ana Coelho retomou a palavra para pedir intervenção dos presentes relativamente a alguns dos temas visados por Eleutério Rodriguez.

Interveio **Ana Cláudia Valente, representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)**, que esclareceu que a ANQEP foi formalmente extinta a 1 de outubro, estando em curso o processo de fusão das suas competências. Estas competências serão distribuídas entre o Ministério da Educação, através do novo organismo “EduQA”, e o Ministério do Trabalho, ficando o “EduQA” responsável sobretudo pelo ensino profissional e pela educação e formação de adultos na componente escolar. As restantes competências relacionadas com a formação profissional, educação e formação de adultos, mais na vertente profissional, e à regulação, em parte, dessas ofertas, nomeadamente, por exemplo, através do catálogo nas componentes tecnológicas dos referenciais de qualificação, serão integradas dentro do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, mais concretamente no IEFP e na DGERT. O processo ainda decorre, com o Conselho Diretivo em funções até ao despacho final da fusão.

Relativamente aos Centros Qualifica, identificados como uma das operações de importância estratégica do PESSOAS 2030, mas que têm vindo a ser financiados desde o seu início, em 2017, pelo Fundo Social Europeu e, agora, pelo Fundo Social Europeu +, referiu que, atualmente, 236 dos 309 dos Centros Qualifica estão a ser financiados nas regiões elegíveis, tendo este programa passado por seis avisos e dois quadros financeiros plurianuais. O financiamento de grande parte da rede, inicialmente por via do POCH e, agora, pelo PESSOAS 2030, tem sido crucial para manter a rede e a estabilidade das equipas. Acrescentou que, os Centros Qualifica da região de Lisboa deixaram de ter financiamento previsto no Portugal 2030 e passaram a ser cofinanciados por fundos públicos nacionais.

Em matéria de execução financeira, destacou que, desde janeiro de 2017 até novembro de 2025, o total de fundos aplicados ronda os 190 milhões de euros, dos quais 116 milhões são do Fundo Social Europeu. As taxas de execução financeira variam entre avisos, estando em 25% no aviso atualmente em vigor, mas tendo atingido entre 75% e 92% nos avisos anteriores.

A execução física, em termos de metas de inscrições, correspondeu ao longo destes nove anos a um total de cerca de 1 milhão de inscrições, de acordo com os dados apurados a 31 de outubro, sendo que a execução dessas inscrições atingiu 1.036.000 inscrições, superando a meta de 1 milhão, com taxas de conclusão de processos e certificações acima dos 78%.

Do ponto de vista qualitativo, referiu que o Qualifica mobilizou cerca de 1,4 milhões de pessoas desde 2017, com uma média anual de 150 mil inscrições. Cerca de 674 mil pessoas obtiveram certificação escolar ou profissional (total ou parcial). Aproximadamente 25% dos adultos que beneficiam do Qualifica são encaminhados para processos de RVCC e 75% para formação, mantendo-se este padrão ao longo do tempo.

Em termos de balanço, sublinhou a importância de manter a rede de Centros Qualifica próxima dos adultos, cobrindo todas as regiões do país e Madeira, e com equipas especializadas, para garantir o apoio ao longo de todo o percurso de qualificação.

A seguir interveio **Cristina Rodrigues, representante do Instituto da Segurança Social (ISS)**, para falar de outras das medidas estratégicas, no caso, a tipologia do “Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)”, que transitou do PO ISE para o PESSOAS 2030 e se tornou uma política pública.

Referiu que o ISS assumiu a coordenação nacional, estabelecendo acordos de cooperação para implementar esta política, existindo atualmente 35 Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), 27 são em zonas de intervenção do PESSOAS 2030, os quais iniciaram a sua atividade em março de 2024 e, os últimos, em julho de 2024. Destacou, que existem atualmente, só nas regiões de convergência, 980 pessoas abrangidas por planos individuais de assistência pessoal, totalizando 76.034 horas de assistência pessoal contratualizadas mensalmente. Até outubro de 2025 já foram apoiadas 1.326.465 horas de assistência, correspondendo a cerca de 19 milhões de euros em despesa.

Informou que, neste momento, estão num processo administrativo que resulta da transição dos sistemas de informação, sendo que a expectativa é de recuperar a despesa no primeiro trimestre de 2026.

Pedi depois a palavra **Domingos Lopes** para referir que o IEFP apresentou vários projetos considerados de importância estratégica, com destaque para medidas de estágios e apoio ao emprego de pessoas com deficiência ou incapacidade.

Inicialmente, foi submetida uma candidatura para estágios no âmbito do programa Ativar, com um custo total de 227 milhões de euros. No entanto, devido a alterações legislativas, a medida foi descontinuada e substituída, levando à necessidade de apresentar um pedido de alteração para ajustar o financiamento para 132 milhões de euros. Deu nota de que, até ao momento, já foram recebidos 85 milhões de euros em pagamentos, estando previsto apresentar o saldo até ao final do primeiro trimestre de 2026.

Referiu, ainda, que foram também submetidas novas candidaturas também no âmbito dos estágios, para as medidas “Estágios Iniciar” e “Estágios + Talento”, com um custo total apresentado de 128 milhões de euros para as três regiões abrangidas pelo programa.

Além dos estágios, referiu que o IEFP apresentou, em outubro, uma candidatura na medida do apoio ao emprego de pessoas com deficiência ou incapacidade, para o período 2023-2028, com uma dotação total de 15 milhões de euros, para uma dotação disponível de 13 milhões e 134 mil euros.

Ana Coelho passou, depois, a palavra a **Clara Guerreiro**, que destacou que, apesar de os indicadores relativos às participações em unidades de formação de curta duração (UFCD) e unidades de competência (UC) estarem a “zero”, existe um trabalho exaustivo tanto em termos de execução por parte das equipas no terreno, como em termos de análise e acompanhamento por parte das equipas técnicas do programa, especialmente das formações modulares. Apesar de não existir um módulo de reporte da execução física, os beneficiários reportam todas as UFCD, todas as UC, todos os formandos e volume de formação na parte financeira, pelo que considera que as taxas de execução exibidas a “zero” não refletem o trabalho realizado por beneficiários e equipas técnicas. O reporte é feito via folhas de Excel, e eventuais erros são rapidamente identificados e comunicados.

Relativamente à visão tradicional e industrial da ecologia, em que o setor terciário é basicamente invisível, deu nota de que iria enviar, por escrito, uma análise que fez sobre o contributo deste setor para a transição verde.

Finda esta intervenção, passou-se para o 4.º ponto da ordem de trabalhos.

4. Ponto de situação das negociações do QFP 2028-2034

Ana Coelho passou a palavra a **Laurent Sens**, cuja exposição se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 99 a 131).

A sua intervenção começou por abordar os grandes desafios e transições que a Europa enfrenta, nomeadamente a transição verde, as mudanças demográficas e a necessidade de adaptação das competências e do mercado de trabalho. Referiu que estes fatores exigem respostas integradas e são prioridades da CE no âmbito do novo quadro financeiro plurianual, que pretende reforçar a competitividade europeia e investir nas pessoas, promovendo o emprego, a habitação, a proteção social e inclusão, especialmente para jovens e migrantes, e combater a pobreza e a exclusão.

Laurent Sens destacou que o orçamento europeu está sob forte pressão devido a novas prioridades como a defesa, à necessidade de reembolsar o Next Generation EU, o que representa aproximadamente 8% do orçamento dos próximos sete anos, que é um montante considerável, bem como ao facto de o arranque da política de coesão no período 2021-2027 ter sido muito lento.

Referiu que no novo quadro financeiro plurianual de 2028/2034, no valor total de 2 triliões de euros, uma grande parte do apoio, cerca de 44%, equivalente a 800 biliões de euros, serão canalizados através dos Planos de Parceria Nacionais e Regionais. Estes Planos são a principal revolução do novo quadro financeiro plurianual e combinarão todos os fundos nacionais, incluindo o FSE, o Fundo de Coesão e outros, num único documento e sob o mesmo conjunto de regras, o que significará uma grande simplificação.

Destacou que um ponto importante dos Planos de Parceria Nacionais e Regionais é a meta social de 14%, que corresponde ao valor mínimo das ambições sociais da CE para o próximo período de programação e que espera que possa vir a ser superior, ainda que isto não se encontre garantido pelo estado atual da legislação.

Esta arquitetura dos Planos de Parceria Nacionais e Regionais afasta-se da lógica de um fundo setorial, em que um fundo sectorial corresponde a uma alocação, uma vez que se pretende aumentar a flexibilidade e as sinergias na utilização dos fundos europeus. Com estes Planos espera-se uma enorme redução no número de programas, passando de mais de 540 para, no limite, cerca de 27, um por cada estado-membro, o que representa uma simplificação significativa, ainda que possa considerar-se que o desenho de um Plano Nacional possa ser um desafio.

O objetivo é facilitar processos de programação integrada, por exemplo, o equivalente à componente FSE poderia apoiar investimentos materiais e imateriais, o que seria uma simplificação, e responder melhor às necessidades locais e regionais e às especificidades dos Estados-membros.

Referiu que os Planos de Parceria Nacionais e Regionais serão implementados sob a forma de gestão partilhada, tal como acontece atualmente, e salientou que a principal grande alteração será a introdução de mecanismos de reembolso baseados em marcos e metas.

Em termos de prioridades estratégicas, referiu que o principal mandato de negociação da Comissão será o Semestre Europeu e as recomendações específicas para cada país para o ano de 2026, com os quais os Planos de Parceria Nacionais e Regionais terão de estar alinhados.

Considera que é necessário ter em mente que, apesar da situação orçamental ser complexa, é positivo ver que a política de coesão continuará a mobilizar montantes significativos, mesmo que não sejam os ideais.

No que respeita às negociações lembrou que a adoção do pacote financeiro plurianual é sempre um processo muito complexo devido, entre outros, a princípios de unanimidade que é necessário conseguir e também devido à situação atual. Explicou que as negociações são levadas a cabo principalmente entre o Parlamento e o Conselho, os quais, após chegarem cada um deles a uma posição, têm que, junto com a Comissão, chegar a um compromisso sobre o texto programático a adotar. Quanto ao texto a aprovar, destacou que ainda há regras setoriais específicas, pelo que o FSE, os Fundos de Coesão e o FEDER continuam a existir do ponto de vista legal.

Abordou, ainda, o estado atual das negociações, referindo que a presidência do Conselho tem vindo a trabalhar nos quadros de negociação preliminar, que serão apresentados no Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro, no qual se deverá concluir sobre o calendário e as principais posições.

Ainda no âmbito do quadro financeiro e relativamente a uma questão particularmente importante para os membros do CA relacionada com a dimensão regional dos Planos de Parcerias, mencionou a carta enviada pela Comissão ao Parlamento Europeu e à presidência do Conselho que dá algumas garantias relativamente a esta dimensão, tendo a presidente confirmado que os Planos serão desenhados e implementados por todas as regiões e para benefício de todas as regiões.

Referiu que, embora o processo negocial seja complexo e demorado, exigindo compromissos entre o Conselho, a Comissão e os Estados-membros, a dimensão regional continuará a ser valorizada, garantindo o envolvimento direto das regiões na implementação dos planos nacionais e regionais de parceria. Encontra-se, assim garantido o envolvimento das regiões, sendo que os contactos diretos entre estas e a Comissão serão bem acolhidos. Também referiu que foi introduzida uma salvaguarda específica para garantir a continuidade do investimento nas regiões em transição e mais desenvolvidas.

Informou que será mantida a identidade da política agrícola comum, tendo algumas disposições sido transferidas da regulamentação dos Planos de Parceria Nacionais e Regionais para a regulamentação setorial da política agrícola comum. Para além disso, mencionou que será fixado um objetivo para as diversas áreas e que a componente do desenvolvimento rural será reforçada e que haverá um mecanismo de direção com a garantia do envolvimento no mesmo do Parlamento Europeu e do Conselho para o estabelecimento de prioridades incluindo os Planos Nacionais e Regionais de Parceria.

No seguimento de uma mensagem da Presidente da COM ao Parlamento Europeu, este organismo aceitou a nova configuração do QFP e política de Coesão e concordou abrir as negociações, pelo que considera que o grande volume de trabalho começa agora.

Conclui a sua intervenção referindo que a Comissão espera que os Estados-membros comecem a submeter os seus Planos de Parceria Nacionais e Regionais entre junho de 2027 e janeiro de 2028, apelando para que os Estados-membros comecem desde já a preparar os seus Planos para o próximo ciclo, sublinhando a importâncias das conclusões do Semestre Europeu para a definição dos mesmos.

Ana Coelho agradeceu a intervenção de Laurent e deu oportunidade aos membros do CA para contributos e questões relativamente ao novo quadro financeiro.

Passou a palavra a **Duarte Rodrigues**, o qual começou por referir que a proposta em discussão é inovadora e complexa, representando um desafio negocial inédito entre o Parlamento Europeu e a CE. Considera que a proposta é disruptiva, com aspetos mais interessantes e outros menos.

Destacou que um ponto interessante, já referido por Laurent Sens, é o esforço para simplificar e flexibilizar a gestão dos fundos europeus, procurando ultrapassar a fragmentação atual, com um Plano Nacional que não implica que não haja programas regionais ou programas temáticos (agora chamados “capítulos”),

Considera que existem, contudo, desafios e pontos críticos, e um deles é a questão das dotações. Apesar da dotação do orçamento aumentar, há uma redução substantiva da dotação da gestão partilhada e há um aumento substancial da gestão centralizada, nomeadamente no novo fundo da competitividade, sendo que considera que, neste domínio, um dos desafios é saber como se consegue uma Europa competitiva e equilibrada.

Deixou algumas notas sobre mais algumas questões que considera serem motivo de preocupação.

Por um lado, a total fusão de duas das históricas políticas da UE (PAC e Coesão) sob um mesmo mecanismo de alocação financeira é algo que está a ser muito discutido.

Por outro lado, e embora a lógica baseada em marcos e metas e em reformas e investimentos já seja conhecida, manifesta dúvidas se será uma verdadeira simplificação ter um modelo baseado exclusivamente em marcos e metas na relação financeira com a CE quando não o é na relação com os beneficiários.

Outra das questões críticas é a flexibilidade, que é uma tónica grande da proposta, sendo que a flexibilidade nomeadamente entre a reserva que consta numa parte dos Planos Nacionais, mais a forma como se pode mobilizar a “EU facility” em mecanismos de crise, levanta preocupações.

Considera que existem desafios nacionais, como a necessidade de Portugal definir uma estratégia de médio prazo (até 2040) antes de decidir o financiamento, a discutir no próximo ano, tal como foi feito com a Estratégia 2030, antes da programação do PRR e do PT 2030. Referiu que o documento do Semestre Europeu será fundamental para orientar

as negociações e decisões nacionais. Acrescentou que é essencial garantir um modelo de governação multinível claro, estável e consolidado, para definir responsabilidades e articular todos os intervenientes, o que é ainda mais relevante neste novo contexto.

Por fim, convidou todos a participarem num seminário sobre o tema, a decorrer no dia 4 de dezembro, no âmbito da Mostra dos Fundos Europeus.

Ana Coelho agradeceu a partilha e não havendo mais comentários da CE, encerrou a sessão, agradecendo a todos os presentes.

5. Outros Assuntos

Atento o adiantado da hora, e cumprida a ordem de trabalho da reunião, Ana Coelho procedeu ao encerramento da mesma, agradecendo a todos os presentes.

Lista de Anexos
ANEXO I – Lista nominal de presenças por organismo
ANEXO II – Apresentação de suporte à reunião